



ORIGENS SOCIAIS DOS QUADROS DO EXÉRCITO BRASILEIRO

José Pedro de Mello ()*

() T Cel. ART QEMA, atualmente Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.*

Ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras a 27 setembro de 1953, sendo declarado Aspirante-a-Oficial a 06 janeiro 1956 e promovido, por merecimento, ao posto atual a 30 abril de 1976.

Entre suas comissões destacam-se:

— Ch 5ª Sec/6ª RM (Salvador—BA);

— Ch SMR/6ª RM (Salvador—BA);

— Adj. 2ª Sec/EME (Brasília—DF).

Cursos: AMAN — EsACosAAé — EsEFEx — EsAO — ECEME

Condecorações: — Medalha de Prata (20 anos Sv)

— Medalha do Pacificador com Palma

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Todo homem nasce dentro de um grupo, durante toda a sua vida sofre a influência de grupos (socialização) e contribui para a formação de grupos (associação), pertencendo ao mesmo tempo a vários grupos. Assim, pois, os quadros constitutivos do Exército Brasileiro caracterizam-se pela preservação e pelo desenvolvimento de padrões de comportamento peculiares, os quais são mais ou menos adaptados às suas funções; no entanto, são integrados no contexto nacional, cujas influências se fazem perceber na sociedade, por sua vez, reciprocamente, influenciados por ela. Essa interação atual do Exército Brasileiro dentro da comunidade nacional permite aos seus quadros ombrear com o civil em muitos setores da administração pública e privada, bem como liderar as medidas que se fazem necessárias no campo da defesa interna, propiciando assim a segurança exigida pela nação para que se abram em definitivo os caminhos do desenvolvimento econômico e social. Desta forma, no presente estudo, se fez mister pesquisar os antecedentes histó-

ricos e suas influências sociais nos diferentes períodos da nossa história, as origens sociais dos quadros, os quadros atuais e algumas conclusões.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS E INFLUÊNCIAS SOCIAIS

Período Colonial

Embofa nenhuma elite se comporte simplesmente de acordo com sua origem social, a análise do embrião de qualquer grupo é um valioso instrumento para a compreensão de seu papel e de sua atuação na sociedade a que pertence.

Com a descoberta da nova terra e estimada a sua grande extensão, os portugueses, exauridos no esforço da epopéia marítima, defrontaram-se com dois problemas: o de explorar-lhe os recursos e o de defendê-la contra a cobiça de outros povos. Para resolvê-los, deviam superar duas grandes dificuldades: a falta de capitais e a diminuta população do reino. A tais fatores acrescem ainda a inexistência de uma força militar permanente na metrópole, a agressividade de alguns grupos indígenas e as sucessivas investidas alienígenas, tanto à costa como ao interior do Brasil. Como primeira solução, foi instituído o sistema de donatários. Por imposição de defesa da terra, para não dizer de sobrevivência, o capitão donatário não pôde dispensar o concurso obrigatório de mestiços, índios, escravos, agregados e colonos, sem distinção de níveis sociais, cor ou credo, na organização de uma força militar, sob seu comando em caso de guerra. As autoridades do reino forneciam armas, munições e até alguns oficiais de linha para armar, instruir e comandar as forças organizadas nas capitanias.

Com a criação do Governo-Geral, foi dado o primeiro passo para a centralização da defesa, porém a força militar em sua maioria maciça, continua sendo recrutada entre os habitantes da terra. A primeira lei orgânica da Força Terrestre no Brasil foi o Regimento de El-Rei de 1548, complementada em 1574 com uma provisão régia que instituiu o serviço militar obrigatório e sistematizou a organização das forças terrestres da colônia. Assim, do caldeamento étnico-cultural das primeiras forças militares coloniais, brotou espontânea e inconscientemente o embrião democrático da infra-estrutura militar brasileira, com as características que lhe são peculiares.

Data dessa época a criação das Milícias, servidas por homens de 18 a 60 anos recrutados no Brasil, organizadas em Companhias. Havia as Milícias pagas, que eram tropas regulares e constituíam a força básica de defesa da colônia. As Milícias não pagas, denominadas "ordenanças", com organização semelhante à das outras, só deviam ser empregadas na manutenção de ordem interna local, podendo, no entanto, participar da campanha em caso de guerra externa.

Mais tarde, em 1749, essas Milícias foram reorganizadas em Corpos Auxiliares, constituídos de efetivos homogêneos recrutados entre os índios, brancos, pretos, mestiços de qualquer condição social, comandados por um sargento-mor. No período colonial, no entanto, predominaram em nossas forças de terra grupos heterogêneos mercenários, sem um sentido claro de nacionalidade, onde, como era de se esperar, os brasileiros exerciam apenas funções subalternas.

Os portugueses, com os quadros das milícias constituídas de gente brasileira, sustentaram a luta ininterrupta contra os silvícolas e a pirataria organizada e abriram caminho para a expansão do território colonial, construindo em cada região que atingiram uma obra de defesa. A linha traçada por essas fortificações delineou o contorno do corpo físico da pátria e as penetrações que constituem hoje as fronteiras com os países de colonização espanhola caracterizaram o que podemos chamar de "encurvamento" do Meridiano de Tordesilhas. O instrumento de que se serviram para realizar essa tarefa imensa era um exército de brasileiros, tendo nos comandos oficiais portugueses. A princípio, esse exército não tinha uma alma, movia-o, apenas, o espírito de luta em defesa da propriedade e de seus lares ameaçados. Em trinta anos de luta contra os holandeses, foi adquirindo, aos poucos, a consciência de que encarnava uma nação, imprecisa ainda nos seus contornos, mas capaz de defender-se contra um agressor carregado de cultura e de civilização. Se, nas duas batalhas de Guararapes, o Brasil começou a afirmar-se como nação, batizou-se também ali, no sangue que derramou o Exército Brasileiro. Daí dizer-se que suas origens sociais e históricas só têm um nome: GUARARAPES.

Período Brasil—Reino

A força terrestre era, nessa época, constituída de tropas de primeira, segunda e terceira linhas. As de primeira linha serviam permanentemente e denominavam-se tropas pagas, tinham patente e soldo. Compunham-se de regimentos vindos da Metrópole e regimentos de milícias recrutados nas capitânicas. Nessas milícias, os comandos eram de portugueses, ficando os brasileiros fora dos estados-maiores. A tropa de segunda linha constituía uma milícia de reserva e só vencia soldo quando convocada para o serviço ativo. Os oficiais de primeira e segunda linhas eram nomeados pelo Governo da Metrópole. As "ordenanças", exercendo funções policiais, constituíam a tropa de terceira linha. A vinda da família real portuguesa para o Brasil teve grande influência na evolução das instituições e quadros militares. Apesar das transformações ocorridas, o Exército deixava muito a desejar quanto à sua coesão e disciplina. As tropas oriundas de Portugal e as recrutadas no Brasil se justapunham mas não se uniam. Para atender aos aumentos constantes dos efetivos militares foram revistas as leis referentes ao recrutamento para o preenchimento dos quadros das praças. À força, eram recrutados indivíduos considerados como vadios ou desocupados, chidos em batidas policiais periódicas, ou eram escolhidos entre os condenados por pequenos delitos. Deviam servir pelo prazo de dezoito anos. Os filhos dos lavradores e pequenos comerciantes tinham condições especiais e eram denominados "semestreiros". Os voluntários serviam pelo prazo de oito anos. Os oficiais, oriundos da aristocracia rural, filhos de portugueses, ou das classes dominantes da época, recebiam sua formação militar dos oficiais do Reino. Em 4 de dezembro de 1808, foi criada a Academia Real Militar, destinada a preparar os oficiais para o Exército. Os filhos dos oficiais do Exército Português, nascidos no Brasil, ingressavam na Academia Real, por indicação das autoridades reais e por altas personalidades da Corte.

Período Imperial

Proclamada a Independência era necessário estender a nova ordem política a todo o território brasileiro e fazê-la reconhecer pelos outros povos. Tratava-se, pois, de organizar o Exército, que, virtualmente brasileiro desde Guararapes, sustentou nos campos de batalha o direito de ser reconhecido. Manteve em suas fileiras vários oficiais portugueses que reconheceram a Independência do Brasil e recebeu no seu seio escravos libertados pelos senhores, criminosos que tiveram suas penas comutadas e mercenários contratados em outros países. O Decreto de 19 de dezembro de 1824 reorganizou o Exército, modificando os uniformes, extinguindo as tropas de terceira linha, os regimentos, os terços, criando unidades novas, sendo uma de mercenários. Consolidada a independência política e mantida a unidade territorial, novamente os quartéis se esvaziaram. Adotou-se como sistema de recrutamento, o voluntariado, o reengajamento de praças já incorporadas e o recrutamento forçado. De outro lado, a legislação sobre o assunto criou tal número de isenções que os brasileiros ficaram divididos em duas classes: os que deviam servir à força por injunções legais ou sociais e os que podiam eximir-se dessa obrigação cívica acobertados por privilégios de fortuna ou posição social. Afluiram aos quartéis os elementos menos recomendáveis da população e permaneciam nas fileiras soldados com mais de trinta anos de serviço. Os efetivos do Exército voltaram a completar-se somente nas horas difíceis da campanha paraguaia, quando se notabilizaram as tradicionais unidades de "voluntários". Vem daí a influência germânica em nosso Exército, com a contratação dos serviços do Marechal alemão Gustav H. Brouw, pelo Marquês de Barbacena, para chefiar seu estado-maior e organizar as forças brasileiras em bases novas. Quanto aos oficiais destinados ao Exército, nota-se no período considerado, a instituição do Bacharelato Militar com a criação em 1845 de um curso de sete anos, onde eram formados oficiais que desconheciam seu principal ofício. Foi necessária a criação de diversos cursos de assuntos militares, no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, para formar oficiais capazes de conduzir seus soldados no combate.

Período Republicano

Ao instituir-se o serviço militar obrigatório, introduziu-se no País o regime democrático da "Nação Armada" lançada pela Revolução Francesa. Era o cidadão transfigurado em soldado para cumprir o seu dever cívico e o soldado voltando à simples condição de cidadão, ao saldar o seu tributo para com a pátria. Com a incorporação compulsória nas fileiras de representantes de todas as camadas populares, deixou o Exército de ser reformatório para marginais e o abrigo de mercenários, adquirindo, enfim, autêntica feição nacional.

Há que ressaltar, nesse período, a contribuição dada ao Exército pelos filósofos positivistas da Praia Vermelha. Aos discípulos de Comte se deve a Proclamação da República e a introdução do método cartesiano de raciocínio nas escolas militares. Com o advento da República, o Exército teve as atenções dirigidas para os problemas de segurança interna, questões de ordem social em consonância com a

sua missão precípua de responsável pela preservação da soberania e da unidade nacionais. Na década de 1920, manifestam-se particularmente os reflexos da missão francesa, tanto na estrutura militar propriamente dita como na vida política da Nação através do surgimento do "tenentismo". Ao mesmo tempo, sente-se a fecunda renovação trazida pelos franceses à organização do Exército e o choque provocado entre os oficiais subalternos e superiores, minando a autoridade e a disciplina. Ao iniciar-se a II Guerra Mundial, praticamente, se extinguiu a influência francesa. As súbitas transformações sociais por que atravessava o país bem como o enfraquecimento econômico, colocaram de novo as instituições armadas em evidência, surgindo a impressão falsa de reaparecimento do militarismo. A sociedade brasileira apresentando pouca mobilidade social, proporcionou ao Exército a oportunidade de converter-se em um foco de atração, devido às ilimitadas oportunidades de ascensão e amparo. Verifica-se, pois, que a maioria dos jovens de então preferiram trocar a relativa liberdade do meio civil pela rígida disciplina e estratificação hierárquica impostas pela carreira militar. A iniciação no Exército era, em especial para os oriundos das classes mais humildes, uma escola valiosa. A influência norte-americana no após guerra resultou em maior democratização e no aperfeiçoamento de um crescente profissionalismo no Exército. Emergia desse fato como um organismo vivo, identificado com os problemas da comunidade sem descurar-se de seu papel fundamental como mantenedor da segurança nacional, cômso do sentido de uma hierarquia militar, disciplina consentida, porém mais integrado na sociedade, flexível, especializado, melhor instruído e aparelhado.

OS QUADROS E SUAS ORIGENS SOCIAIS

Idéias Gerais

Para melhor compreensão sociológica dos fatos não basta pesquisar os antecedentes históricos da instituição e as influências por ela sofridas no correr dos tempos. É indispensável uma análise mais detalhada do que representam e como pensam seus integrantes e, em particular, suas origens sociais. No Exército, tal argumento se torna mais válido porque os quadros como elementos permanentes o definem com maior nitidez.

Procedente de todos os degraus que corporificam a pirâmide social, desde o Brasil-Colônia até hoje, a oficialidade do Exército, em uma amostra representativa do todo nacional, vivendo em simbiose perfeita com o restante do povo em toda sua evolução político-social, mantém os vínculos hereditários do conjunto de convicções e de convenções filosóficas, religiosas, jurídicas, sociológicas e políticas relacionadas com a nacionalidade, quer apoiando reivindicações populares ou se antepondo na exteriorização de seus ardentes desejos para incorporá-los à sociedade. A maior prova desta afirmação já era encontrada na Carta Régia de 1727, que proibia aos brasileiros ascenderem acima do posto de alferes, dadas as idéias defendidas por eles. Embora, no passado, o Exército tenha criado uma imagem de comunidade fechada, nos seus quadros nunca predominou o sistema de castas tão comuns nas civilizações militaristas, o que atesta serem a verdadeira expressão do povo. Nossos ge-

nerais, com exceção de uns poucos, provêm das massas. Chefes militares brancos, pretos, mulatos e pardos, nivelados em seus valores morais e profissionais, labutam em nossos quartéis, constituindo, não raro, as galerias de comando das nossas unidades de tropa, estabelecimentos e escolas. No passado, o exemplo de um filho de modesto operário tornar-se patrono de uma Arma do nosso Exército, comprova a afirmativa acima.

Desde o fim do século passado, o recrutamento dos oficiais do Exército transferiu-se de uma base social relativamente estreita e superior para uma outra mais ampla e inferior, portanto, mais representativa. Isto se deu em consequência do aumento natural dos efetivos, da necessidade cada vez maior de especialistas nas fileiras militares e do próprio desenvolvimento sócio-econômico deslocar os centros de recrutamento do campo para a cidade.

Antecedentes rurais

Os antecedentes rurais dos quadros do Exército são explicados teórica, histórica e sociologicamente. Vencida a fase épica de conquista e consolidação da Independência, a eliminação dos mercenários estrangeiros que normalmente se concentram nas áreas metropolitanas, aliada ao fato do indivíduo ingressar na profissão militar muito jovem, o que exclui os brasileiros não naturais do país, forçaram o recrutamento nas zonas mais do interior onde se concentrava a maioria da população nativa. Além disso, é facilmente explicável que o recrutamento militar se faça mais intensamente nas áreas não industrializadas, pois na ausência de grandes possibilidades nessas regiões se apresenta o quartel como ótima oportunidade para quem não possui amplos horizontes de mobilidade social. Ademais, a instituição militar e a sociedade rural, pela semelhança de seus traços básicos, guardaram sempre uma acentuada correlação positiva. O amor à terra, o gosto pela vida ao ar livre, o costume da prática desportiva e do uso da arma, a rusticidade da atividade funcional campestre, a luta permanente pela sobrevivência, o patriarcalismo autoritário e disciplinador, as lides da fronteira, o conservadorismo religioso e tradicional, o culto da honra, identificam o homem do campo com a forma de patriotismo mais simples e pura do soldado. O recrutamento no meio rural não implica obrigatoriamente origem nas camadas mais humildes da sociedade. Pelo contrário, muitos líderes do Exército procederam da aristocracia rural.

A origem rural ou provinciana dos quadros do Exército trouxe consigo uma conotação regional. Assim, o Sul apresenta-se com maior representação no corpo de oficiais pela tradição militar gaúcha e posição social da região, seguido dos cearenses e de habitantes da área Leste e, finalmente, do Centro-Oeste. O paulista contribui com uma proporção reduzida. Na Cavalaria, arma mais identificada com o homem do campo e a aristocracia rural, concentrou-se o contingente sulista e mato-grossense.

Os quadros e a classe média

Antigamente, excluídas a nobreza e a aristocracia rural, os grupos ocupacionais que mais contribuíram para a formação dos quadros do Exército foram os

próprios militares, os funcionários públicos e os profissionais liberais (médicos, professores, advogados, etc.). Com a urbanização, a percentagem de filhos de fazendeiros diminuiu e a ampliação da base social trouxe ao Exército a classe média inferior, os descendentes de empregados de escritório, de comerciários, de operários, de artífices e até favelados. Os quadros do Exército tendem cada vez mais a uma coincidência estrutural com a classe média, prevalecendo indivíduos de condições modestas. Recente pesquisa realizada na Escola Preparatória de Cadetes do Exército, onde ocorrem os novos grupos que constituirão os futuros oficiais, demonstrou que a origem social dos alunos é da classe média inferior, conforme o quadro elucidativo abaixo:

PROFISSÃO DOS PAIS	1975	1976	1977
– Funcionalismo Público, Comércio e Serviços Gerais	52%	48%	48%
– Militares	28%	30%	27%
– Profissões Liberais	12%	14%	13%
– Diversos	8%	8%	12%

Fonte: EsPCEX

Complementam-se as idéias da recente pesquisa com a finalidade da Escola Preparatória de Cadetes do Exército que é preparar os futuros cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras e que nos anos de 1969 e 1970 contribuiu com 33% e 44% do efetivo do 1º Ano daquela Academia. Estes dados permitem concluir pela precariedade do nível social da grande maioria dos alunos, o que, em última análise, vem refletir no rendimento do ensino e na necessidade de uma contínua e constante assistência, a fim de integrar o aluno e futuro oficial em sua nova hierarquia social. Não só este aspecto constitui problemas mas também e principalmente, a formação moral e ideológica dos candidatos, pois a infiltração de elementos indesejáveis poderia, no futuro, pôr em risco a estabilidade e prestígio do Exército. Para contornar a realidade acima descrita, se torna necessário que os responsáveis pela formação dos futuros oficiais dêem aos alunos uma assistência contínua já referida anteriormente e também que se promovam atividades extra-classe que possibilitem integrá-los na sociedade, a par de uma desenvolvida Educação Moral e Cívica que forme cidadãos verdadeiramente democráticos. Outro dado importante, também de pesquisa na EsPCEX, refere-se à origem dos futuros oficiais do Exército quanto aos Estados da União. O Exército como fator de integração, deve contar em seus quadros com oficiais originários de todos os Estados, proporcionalmente às suas populações. Entretanto, tal fato não vem acontecendo, havendo uma predominância da região sudeste (com sensível destaque do Estado de São Paulo). O quadro abaixo permite uma idéia desse fato.

CANDIDATOS AO CONCURSO DE ADMISSÃO												
Região	1972		1973		1974		1975		1976		1977	
	Insc.	Aprov.										
N	82	2	69	2	111	1	141	1	234	1	258	0
NE	769	33	778	18	826	37	1125	90	1080	21	1131	38
SU	4776	306	3970	199	3876	257	5433	826	6563	298	7559	444
S	1302	44	1056	26	848	27	1457	100	1356	8	1198	33
CO	412	10	324	5	327	8	504	48	521	10	490	14

OBS.: O número de candidatos efetivamente matriculados não corresponde ao de aprovados.

Fonte: EsPCEX

A causa principal, sem, entretanto, realizar pesquisa muito profunda é decorrente do baixo nível dos cursos do 1º Grau das regiões Norte e Nordeste.

A identificação social da atual oficialidade com a massa de onde saiu constitui, provavelmente, a causa primeira do Exército encarnar um espírito democrático, antidespótico, defensivo e até tolerante. Sendo os quadros uma seção representativa da sociedade, dificilmente nutrirão ambições de destruir o poder político. Até pouco tempo, na década de 1950, a profissão militar, no Exército, era atrativa às elites, por propiciar um "status" social e uma remuneração justa, e aos filhos da família numerosa e pobre, por ter sido a única na qual o estudante era pago e dava condições mais fáceis de mobilidade social. Com o aparecimento de novas profissões no mercado de trabalho, fruto da industrialização do país, com o surgimento de alternativas educacionais nas universidades espalhadas por todo o interior do país, oferecendo oportunidades para os menos afortunados, explicam, em parte, a queda vertiginosa na demanda pela carreira das armas e a vazante nos quadros de militares altamente qualificados e ainda jovens, em busca de melhores compensações na vida civil. Isto indica para o futuro um esvaziamento dos quadros do Exército e o que é pior, em qualidade, como já procuramos demonstrar com os dados da EsPCEX. Mas o fenômeno tem que ser admitido e compreendido, pois se afigura normal nos países em etapa de transição para o desenvolvimento econômico. Visto sob um prisma diferente, a absorção em seus quadros de maior percentual de jovens da classe média inferior torna o Exército cada vez mais democrático e representativo da grande maioria do povo.

Antecedentes raciais

A necessidade de lealdade e de confiança à Pátria limita os quadros do Exército a brasileiros natos com preponderância de descendentes dos colonizadores portugueses sobre os de espanhóis, italianos, franceses e anglo-saxões. Recentemente, tem surgido nos quadros do Exército representantes originários da grande colônia japonesa do sul do País, é bem verdade que o número ainda é inexpressivo, no entanto, com a crescente especialização no próprio ofício das armas, é possível prever-se um aumento considerável desse contingente racial.

Poucos negros, em tempos remotos, candidatavam-se às escolas de formação militar, porque a brusca abolição da escravatura concedeu-lhes a liberdade mas não lhes assegurou um "status" na sociedade. Atualmente, cresce o número de oficiais e graduados de cor no Exército, onde não sofrem quaisquer restrições mesmo de preconceito racial.

Em ampla sintonia com toda a sociedade brasileira, domina nos quadros do Exército o tipo mestiço de tez morena, olhos castanhos, cabelos escuros e porte médio.

Antecedentes religiosos

Um índice que empresta maior significado no estudo das origens sociais dos quadros é o do credo religioso professado por seus integrantes. Tendo a nação nascido sob o signo da cruz e sendo as lideranças militares, ainda em boa parte, de origem rural e de famílias antigas, é natural que a maioria da oficialidade e dos sargentos professe o catolicismo desde os tempos das milícias até o Exército de nossos dias. Entretanto, podemos também registrar uma minoria de protestantes e espíritas. A ampliação da base social de recrutamento nos centros urbanos inseriu nos quadros um número insignificante de israelitas que professam o judaísmo. O misticismo religioso, que é uma característica na nacionalidade brasileira, faz com que cresça no Exército o grupo espírita combinado com os diversos cultos de origem africana. Em quase todas as guarnições militares, não falta uma capela católica e um centro espírita. O predomínio do catolicismo nos quadros do Exército tem raízes na similitude muito grande entre estas duas grandes instituições e ter sido a religião oficial do Estado por algum tempo. A semelhança de princípios conservadores rígidos, de estruturas alicerçadas na disciplina e na hierarquia, dos cerimoniais religiosos e militares, da missão catequética e da integração, do culto de valores morais e éticos difundiu um velho aforismo "a vida militar é um sacerdócio".

OS QUADROS ATUAIS

Os quadros do Exército são compostos via de regra por gente modesta, tímida, dotada de certa inocência diante das grandezas e misérias do mundo, honesta, desconfiada, franca, pouco ambiciosa e ciosa de sua condição militar. O moderno corpo de oficiais constitui-se de profissionais altamente especializados, com marcante noção de responsabilidade e espírito de corporação, ponderados, lógicos e "cida-

dãos de muitas cidades e uma só Pátria". O Exército para eles não é apenas um meio de vida, mas a própria vida. A mentalidade deste grupo social caracterizada pelas atitudes esboçadas acima, cuja tônica é a cooperação, organização, unidade, muitas vezes não é compreendida por certos segmentos da sociedade brasileira e não raro se vê acusada de inflexível, autoritária e reacionária.

No que tange aos graduados especificamente, somente agora começam a atingir um "status" melhor na sociedade graças ao recrutamento estar incidindo na classe média e esta desfrutar de um nível de instrução mais elevado. Ademais, o Exército vem aprimorando o processo de seleção, formação e aperfeiçoamento das praças. Em síntese, o principal fator, talvez, que tenha permitido ao Exército Brasileiro contar com quadros bons seja o maciço investimento realizado na educação dos mesmos ao longo dos tempos, jamais descuidando-se de melhor formar, especializar e aperfeiçoar os seus oficiais e sargentos. Tal se deve à especialização que as guerras impuseram e ao alto nível de ensino mantido pela rede escolar do Exército. Veja-se o potencial humano chamado às fileiras bem diverso do outrora incorporado, o número de qualificações militares gerais e particulares criadas e suprimidas para um melhor aproveitamento operacional de um grande contingente de graduados, a bagagem de conhecimentos profissionais e intelectuais transmitida ao cadete da ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS e as marcantes qualificações do sargento graduado pela ESCOLA DE SARGENTOS DAS ARMAS. Complementa-se esta capacitação dos quadros com os ensinamentos recebidos durante uma longa vida profissional. Some-se ao conjunto um volume crescente de oficiais e sargentos especializados no exterior, bem como um auspicioso aumento dos portadores de diplomas universitários e dos que anualmente ingressam nas universidades em todo o país. Estas características dos atuais quadros do Exército permitem ao observador mais atento transportar para um futuro próximo as reais possibilidades do Exército como instituição operacional dentro da sua destinação prevista na Constituição Brasileira. São grandes as servidões com que cumpre o Exército a sua destinação constitucional, o que, contudo, não esmorece, antes alimenta, o entusiasmo dos seus quadros, conscientes de que lhes cumpre, antes de formar o soldado, o dever maior de formar o cidadão.

No momento, pode-se observar principalmente nos quadros dos oficiais uma certa descrença ou mesmo inquietação quanto ao estado atual como se apresenta a carreira militar. Perspectivas pouco animadoras quanto a vencimentos e acesso aos postos mais elevados têm contribuído para que muitos jovens e brilhantes oficiais deixem o Exército. O grande número dos que permanecem na caserna pelos mais variados motivos, manifestam constantemente seu desapontamento face à dificuldade em satisfazer suas necessidades psicológicas, sociais e econômicas. Este estado de espírito pode ser comprovado na base do recrutamento dos oficiais que é a EsPCEx, através da verificação de que um grande número de alunos matriculados não seguem para a AMAN, isto é, nota-se uma considerável evasão de alunos das mais variadas origens sociais e que no futuro constituiriam os quadros dos oficiais. A situação referente a essa evasão é demonstrada conforme o quadro seguinte:

Ano de Matrícula	Matriculados	Conclusão do 3º Ano	Aprovados no 3º Ano	Seguiram para AMAN
1968	342	1971	226	190
1969	261	1972	158	146
1970	298	1973	196	170
1971	286	1974	203	192
1972	285	1975	229	193
1973	280	1976	218	174
1974	275	1977	212	197

Fonte: EsPCEX

As razões que motivam a realidade acima apresentada são as seguintes:

- A facilidade que se dá ao aluno, permitindo que o mesmo adquira os direitos de reservista concluindo com aproveitamento apenas um ano da Escola.
- O elevado padrão de ensino ministrado que permite um alto índice de aprovação em concurso para as escolas superiores, dos alunos que concluem o 3º Ano.
- Mercado de trabalho por demais atraente para elementos de nível superior, particularmente em termos financeiros, se comparados com os vencimentos oferecidos pela carreira militar.
- A estruturação do ensino militar não satisfaz às aspirações e ao grau de desenvolvimento mental apresentados pelos alunos contribuindo esse item para que os quadros dos oficiais se privem de um seletivo contingente, com prejuízos para a instituição.
- A observação pelos alunos da falta de motivação pela carreira militar que atualmente se apresenta, principalmente para os postos de capitão e major.

O que se deseja demonstrar nesse título que abrange as origens sociais dos atuais quadros do Exército é que qualquer pesquisa ou ensaio sobre o assunto requer a abordagem de outros componentes da metamorfose social, ressaltando em muitos casos a economia.

No entanto, podemos enfatizar, que os quadros do Exército são representativos de todos os caracteres marcantes na nacionalidade brasileira e que as suas origens sociais confundem com as próprias origens da Nação Brasileira.

CONCLUSÕES

As origens sociais dos quadros do Exército remontam ao período colonial, na intenção lusa de guarnecer as terras descobertas, criando as primeiras milícias, constituídas de mestiços, índios e colonos, sem distinção de níveis sociais, cor ou credo, recrutados em todas as sedes políticas coloniais. A esses agrupamentos étnicos vieram juntar-se os escravos negros e também os mercenários e deste caldeamento étnico-cultural brotou espontâneo e inconscientemente o embrião democrático do atual Exército Brasileiro.

É conveniente lembrar que os oficiais das milícias eram eleitos e nomeados pelo Capitão-Mor das Capitânias, sendo quase todos portugueses ou filhos de autoridades do reino.

Até à Proclamação da Independência, os brasileiros não participavam do comando e estados-maiores da força regular, exerciam apenas funções subalternas. Após consolidar a independência política, os quadros do Exército foram constituídos de oficiais brasileiros, de filhos de oficiais portugueses que haviam regressado à metrópole e de oficiais portugueses que haviam aderido à causa da emancipação.

Os graduados e demais praças eram recrutados das camadas sociais menos favorecidas através de leis especiais de recrutamento.

Até o final do século passado, os oficiais do Exército eram recrutados, de maneira geral, de uma base social estreita e superior, originários da nobreza e da aristocracia rural, das elites mais politizadas e dos próprios militares. Com o advento da República, os quadros começaram a representar as camadas populares bem como a classe média emergente, iniciando-se, desta maneira, a democratização do Exército, baseada nos princípios da Revolução Francesa.

Os atuais quadros permanentes de oficiais e sargentos, representativos de todas as origens sociais do povo, instruem, educam e preparam os jovens brasileiros, como soldados e, fundamentalmente, como cidadãos, em todo o imenso território do Brasil. Nasçam onde nascerem, habituam-se a colocar os interesses nacionais acima das contingências regionais, pelo sentido global e indivisível que tem a Pátria, particularmente para os militares.

A Academia Militar das Agulhas Negras, onde se formam os nossos oficiais e a Escola de Sargentos das Armas, que qualifica os nossos graduados, reúnem candidatos de todos os quadrantes do Brasil, das mais diversas condições sociais, representações das mais variadas raças e distintos credos religiosos, para educá-los e formá-los, como condutores de homens, nos mesmos padrões de cultura e civismo.

No seio dos quadros do Exército, o Brasil pode dispor de uma reserva de valores morais ainda pura, de uma autenticidade que lhe é conferida pela identidade de sentimentos e aspirações com a nacionalidade e em condições de prestar excepcionais serviços. Esta é a contribuição que os quadros do Exército podem oferecer à Nação.